



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Laura Aguiar da Silva

Produção científica sobre Revisão de Gastos (*Spending Review*) no Brasil

Brasília, DF
2023

LAURA AGUIAR DA SILVA

Produção científica sobre Revisão de Gastos (*Spending Review*) no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Responsável: Marcelo Driemeyer Wilbert

Linha de pesquisa: Orçamento Público, Revisão de Gastos

Área: Finanças Públicas

Brasília, DF
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sp Silva, Laura Aguiar da
Produção científica sobre Revisão de Gastos (Spending
Review) no Brasil / Laura Aguiar da Silva; orientador
Marcelo Driemeyer Wilbert. -- Brasília, 2023.
33 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Spending Review; . 2. Revisão de Gastos. 3.
Eficiência. 4. Orçamento Público. I. Wilbert, Marcelo
Driemeyer , orient. II. Título.

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

LAURA AGUIAR DA SILVA

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE REVISÃO DE GASTOS (*SPENDING REVIEW*) NO
BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia ou Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Marcelo Driemeyer Wilbert
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Beatriz Fátima Morgan
Examinadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB) ou outra instituição

BRASÍLIA
2023

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por todas as bênçãos durante a minha vida, por me conceder força e sabedoria para superar os desafios e alcançar os meus objetivos.

Agradeço também aos meus pais, Izabel e Manuel, por todo amor, apoio e incentivo, os senhores foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. Vocês são minha base, meu porto seguro e minha maior inspiração.

Ao meu professor e orientador Marcelo Driemeyer Wilbert, agradeço por todo apoio, paciência, disponibilidade e ensinamentos. Sua orientação foi essencial para o desenvolvimento do meu trabalho e crescimento acadêmico.

Também gostaria de agradecer aos meus amigos, que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada. Obrigado por compartilharem sorrisos, encorajamento e momentos de descontração, tornando essa jornada mais leve.

RESUMO

O Brasil vem enfrentando uma série de problemas e dificuldades fiscais, dentre elas o orçamento público comprometido com despesas obrigatórias, a rigidez orçamentária devido as vinculações de suas receitas e despesas e déficits primários no orçamento. Em função disso, discute-se sobre a adoção da metodologia da Revisão de Gastos na realidade brasileira, em busca de eficiência orçamentária e melhora na qualidade do gasto público. Esta monografia tem como principal objetivo mapear e identificar a produção científica relacionada ao *Spending Review* (Revisão de Gastos) no Brasil através de uma revisão sistemática. A pesquisa teve como base as produções encontradas no Google Acadêmico, que foram submetidas a uma análise com o intuito de identificar os estudos que discutem sobre a adoção do *Spending Review* na realidade brasileira. Foram selecionados 9 artigos, abordando temas relacionados com a apresentação do *Spending Review* e sua discussão teórica, as dificuldades fiscais enfrentadas pelo Brasil e algumas de suas regras fiscais, a alta rigidez orçamentária enfrentada no país, alguns dos obstáculos à implementação do *Spending Review*, além de comentar sobre a experiências de outros países e a proposta de legislação para implementação do *Spending Review* no Brasil.

Palavras-chave: *Spending Review*; Revisão de Gastos; Eficiência; Orçamento Público.

ABSTRACT

Brazil has been facing a series of problems and fiscal difficulties, among them the public budget committed with mandatory expenses, the budgetary rigidity due to the binding of its revenues and expenses, and primary budget deficits. Therefore, the adoption of the Expenditure Review methodology in the Brazilian reality is discussed, in search of budgetary efficiency and improvement in the quality of public spending. This monograph has as its main objective to map and identify the scientific production related to Spending Review in Brazil through a systematic review. The research was based on productions found in Google Scholar, which were submitted to an analysis in order to identify studies that discuss the adoption of Spending Review in the Brazilian reality. Nine articles were selected, addressing topics related to the presentation of the Spending Review and its theoretical discussion, the fiscal difficulties faced by Brazil and some of its fiscal rules, the high budget rigidity faced by the country, some of the obstacles to the implementation of the Spending Review, as well as comments on the experiences of other countries and the proposed legislation to implement the Spending Review in Brazil.

Keywords: Spending Review; Spending Review; Efficiency; Public Budget

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais diferenças entre Revisão de Gastos e Revisão de Despesas Públicas	13
Quadro 2 – Publicações resultantes	17
Quadro 3 – Protocolo Revisão Sistemática	18
Quadro 4 – Revisão dos estudos aplicados	21

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas da Revisão Sistemática	20
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 Orçamento Público	12
2.2 <i>Spending Review</i> (Revisão de Gastos Públicos)	12
2.3 Revisão Sistemática	15
3	METODOLOGIA
.....	Erro! Indicador não definido.
3.1 Perfil da Pesquisa	17
3.2 Execução da Revisões Sistemática	
4 RESULTADOS	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Paiva (2020) por muito tempo os debates sobre o orçamento público não deram atenção aos gastos mínimos obrigatórios e as despesas vinculadas. No entanto, essas despesas exercem pressão significativa sobre os gastos discricionários, resultando em uma redução progressiva de recursos disponíveis para alocar em setores fundamentais para o desenvolvimento do país.

Segundo Silva (2021) há um amplo debate sobre a rigidez orçamentária causada pela vinculação de receitas com propósitos específicos, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, essa vinculação consiste em tornar uma receita exclusiva para o financiamento de uma despesa específica, resultando na proibição de sua utilização para outros fins.

Como mencionado por Paiva (2020) a vinculação de receitas, apesar de refletir uma priorização de certos gastos em detrimento de outros e garantir uma fonte de receita para despesas específicas, tem acarretado um efeito colateral indesejado: o aumento crescente da rigidez orçamentária, resultando na redução da flexibilidade para realocação de investimentos.

Com base em Ramos (2018) o Brasil apresentava uma série de superávits no seu resultado primário, porém devido à crise econômica enfrentada no período e redução da arrecadação fiscal, a partir de 2014 foram registrados déficits significativos. O autor comenta que a junção do crescimento dos encargos com juros, o déficit enfrentado no seu resultado primário e a recessão econômica desempenharam um papel crucial para o agravamento do aumento da dívida bruta do país.

De acordo com Silveira (2017) o ano de 2016 foi marcado tanto por uma crise fiscal como por uma profunda crise política, levando a buscarem por alternativas que mitigassem os impactos negativos na situação econômica e fiscal do país. Nesse cenário, em busca de equilibrar a situação das contas públicas do país, foi instituído o Novo Regime Fiscal, também chamado de “teto de gastos públicos”.

Como discutido por Falco (2023), aqueles que defendem o regime do teto de gastos, apontam que uma de suas vantagens seria a capacidade de forçar o governo a fazer escolhas, promovendo uma alocação eficiente dos recursos públicos. O responsável pela política fiscal é incentivado a priorizar aqueles gastos que considere mais relevantes em desvantagem daqueles com menor importância.

Segundo Junior (2019) com a probabilidade de que o governo federal não cumpra com os limites definidos pelo teto de gastos, a implementação de um processo que contribua para aprimorar a qualidade dos gastos públicos e aumente a eficiência na alocação orçamentária, como é o caso do *Spending Review*, se torna mais propício.

Para Afonso e Ribeiro (2020) o *Spending Review* consiste em um processo que envolve uma análise sistemática do gasto público, tanto obrigatório quanto discricionário, com o objetivo de controlar seu montante ou encontrar margem fiscal para realocação de despesas prioritárias. Esse processo de reavaliação das despesas públicas implica na revisão periódica de projetos e programas do governo, a fim de ajustar os níveis de financiamento das políticas públicas com base em análises de custo e benefício.

Diante desse cenário em que o Brasil está inserido, surge um ambiente propício para a implementação de ferramentas, como o *Spending Review*, com o objetivo de racionalizar o gasto público, aumentando a eficiência dos gastos através da repriorização dos gastos e trazendo melhoria na qualidade dos gastos públicos.

Dados os desafios listados, questiona-se da possibilidade de se utilizar a metodologia de revisão de gastos conhecida como *Spending Review*, se este assunto já está sendo discutido no país e se já existem casos de aplicação da metodologia. Assim, surge a questão de pesquisa: Qual a discussão sobre revisão de gastos (*Spending Review*) na literatura científica brasileira?

Portanto, o objetivo desta monografia é o de mapear e identificar a produção científica relacionada ao *Spending Review* (Revisão de Gastos) no Brasil, utilizando o método de revisão sistemática, afim de identificar, selecionar e analisar os estudos que trazem a discussão o tema da pesquisa.

A estruturação desta pesquisa é organizada em cinco principais seções que são: introdução, revisão de literatura, metodologia, resultados e considerações finais. A seção de introdução aborda o contexto do tema, identificando o problema de pesquisa, os seus objetivos, o método utilizado e a estrutura do trabalho. Na seção de revisão de literatura é abordado os conceitos e definição de orçamento público, *Spending Review* e revisão sistemática como embasamento teórico para a pesquisa. A seção de metodologia apresenta o método utilizado no estudo através do perfil da pesquisa e como se deu a sua execução. A seção de resultados apresenta os principais achados da pesquisa, organizados em categorias, são elas: apresentação do *Spending Review*, discussão teórica, dificuldades fiscais, regras fiscais, rigidez orçamentária, obstáculos à implementação do *Spending Review*, experiências de outros países e proposta de legislação para *Spending Review*. Por fim, a seção de considerações finais apresenta a conclusão da análise e a discussão dos resultados obtidos, além de apresentar suas limitações e sugestões para futuros estudos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Orçamento Público

O orçamento público é definido com um instrumento de controle, planejamento e gestão das finanças públicas, é através dele que a Administração Pública prevê quais serão as suas receitas e determina qual será a sua destinação dentro dos limites estabelecidos, buscando sempre trazer melhorias e atender as necessidades da sociedade. Esse planejamento mostra qual será o caminho percorrido pela Administração Pública para aquele determinado período (LIMA, 2022).

No Brasil, esse processo é regulamentado pelo art. 165 da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu que o seu orçamento será instituído por 3 leis, são elas o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentaria Anual (LOA) e cada uma desempenha um papel específico na elaboração e execução do orçamento público. Lima (2022) comenta que existem várias regras e normas que devem ser seguidas na elaboração do orçamento, sendo as mais importantes a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei nº 4.320/64.

O Plano Plurianual (PPA) estabelece as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos e serve como base para a elaboração orçamento público, direcionando a determinação das políticas e programas governamentais (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma lei anual que orienta a preparação da LOA e determina quais serão as diretrizes, prioridades e limites da administração pública, definindo as metas fiscais, as regras para a elaboração e execução do orçamento e alterações na legislação tributária (BRASIL, 1988).

Por fim, temos a Lei Orçamentária Anual (LOA) que é elabora com base nas diretrizes da LDO e especifica de que forma os recursos serão destinados entre os diferentes órgãos e programas do governo. Segundo Lima (2022), a LOA é o orçamento propriamente dito, ela apresenta de forma financeira as receitas e as despesas previstas e autorizadas para aquele exercício financeiro, traduzindo em números os planos e programas.

2.2 Spendig Review (Revisão de Gastos Públicos)

Existem duas metodologias de revisão de gastos mais utilizadas, são elas o *Spending Review* (SR), amplamente difundida e adotada por países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o *Public Expenditure Review* (PER), mais disseminada pelo Banco Mundial (HORTA; SHIMAMURA, 2023).

O *Spending Review* (SR), aqui entendido como Revisão de Gastos, é um processo feito de forma contínua e se concentra no orçamento do governo como um todo, analisando todos os gastos públicos, desde despesas com pessoal até os programas sociais, de forma ampla. O seu objetivo é identificar áreas onde se possam reduzir os gastos e realocar onde traga mais benefícios para a população, sem deixar de garantir os serviços essenciais, aumentando a eficiência do gasto público e também auxiliando na preparação dos próximos orçamentos (HORTA; SHIMAMURA, 2023).

Já o *Public Expenditure Review* (PER), aqui traduzido como Revisão de Despesas Públicas, por outro lado, é um processo de revisão onde possui um foco específico, como um setor específico do governo ou um determinado programa, seu objetivo se mantém em analisar seus gastos, a fim de verificar possíveis gastos ineficientes e propor uma alocação de recursos (HORTA; SHIMAMURA, 2023). O Quadro 1 elabora por Silveira (2017) apresenta as principais diferenças entre o PER e a Revisão de Gastos:

Quadro 1 – Principais diferenças entre Revisão de Gastos e Revisão de Despesas Públicas.

Aspectos comparativos	Revisão de Gastos	Revisão de Despesas Públicas
Objetivos e escopo	<ul style="list-style-type: none"> - Reexame das políticas de despesas existentes, especialmente, do governo central. - Auxilia formuladores de decisão do processo de elaboração orçamentária, no que tange o financiamento das despesas. 	<ul style="list-style-type: none"> - São adaptadas às necessidades dos formuladores das políticas. - Podem ser focadas em questões macrofiscais ou em alguns setores de despesas.
Foco da análise	<ul style="list-style-type: none"> - Exame de todas as despesas (ou da maior parte delas), com foco na eficiência do gasto ou na economia dos produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> - A partir de uma visão mais geral das despesas (ex. por função). - São frequentes as comparações com o cenário internacional. - Geralmente estão relacionadas aos setores sociais ou de infraestrutura
Vínculo com o orçamento anual	<ul style="list-style-type: none"> - O objetivo central é analisar o cenário de referência, com vistas a reexaminar a fundamentação das políticas, verificando as modificações para o próximo orçamento anual. 	<ul style="list-style-type: none"> - As melhorias estão relacionadas à política em si, não se prendendo ao orçamento anual.

Uso de Ferramentas analíticas	- Foco na relação: resultado da política versus alocação do gasto.	- Ampla gama de ferramentas.
Responsabilidade dos órgãos que efetuam as despesas	- Os resultados são otimizados quando há envolvimento tanto do ministério central de finanças, quanto dos responsáveis pela despesa.	- Embora haja envolvimento de todos os ministérios, a interação tende a ser menor que na revisão de despesa da OCDE.
Recomendações sobre políticas	- Incluem recomendações políticas para ganhos de eficiência. - Tendem a fornecer opções para cortes de financiamento.	- Incluem recomendações políticas para ganhos de eficiência
Regularidade das atualizações	- Geralmente é preparada em ciclos (anual ou plurianual), não se tratando de uma revisão isolada.	- Em geral, são revisões únicas.

Fonte: Adaptado de Silveira (2017).

Neste trabalho focaremos no *Spending Review* (SR) ou revisão de gastos como principal metodologia, a sua adoção consiste em uma análise criteriosa dos gastos realizados pelo governo, feita de forma periódica, a fim de identificar prováveis desperdícios ou gastos excessivos e encontrar alternativas para diminuição desses custos sem que seja prejudicada a qualidade dos serviços públicos oferecidos para a população.

Robinson (2015) explica que a revisão de gastos é feita para um cenário base, este cenário representa os projetos ou programas que já existem no governo, portanto não analisa novos projetos, em busca de identificar opções de economia, sejam elas para o aumento ou para a diminuição dos investimentos nesses programas. Sendo assim, um problema encontrado na preparação do orçamento é que os governantes levam em consideração a elaboração de novos programas ao invés de revisarem o cenário base de referência, em busca de melhorias.

Conforme Robinson (2013, apud JUNIOR, 2019), a revisão de gastos pode seguir quatro estágios:

Estágio 0 – Esse estágio é um considerado um momento anterior à implementação efetiva da revisão de despesas, é nela onde serão estabelecidas as características do processo, como a cobertura, o foco, a abrangência e a definição de metas quantitativas. Essas decisões podem permanecer vigentes por várias rodadas e o intuito é que seja estruturada de forma a evitar modificações frequentes em cada rodada. Os responsáveis por esse estágio são a liderança

política buscando medidas de economia alinhadas aos objetivos e o Ministério das Finanças, gerenciando todo o processo burocrático.

Estágio 1 – Esse estágio marca o verdadeiro início do processo de revisão de despesas, nele, são estabelecidas as características essenciais para cada rodada. Isso inclui a definição dos tópicos a serem revisados, de questões e critérios de revisão para as equipes responsáveis, de metas de economia e o detalhamento do calendário. Nessa etapa os líderes políticos realizam a escolha dos tópicos e metas de economia e o Ministério das Finanças realiza a definição dos procedimentos a serem seguidos.

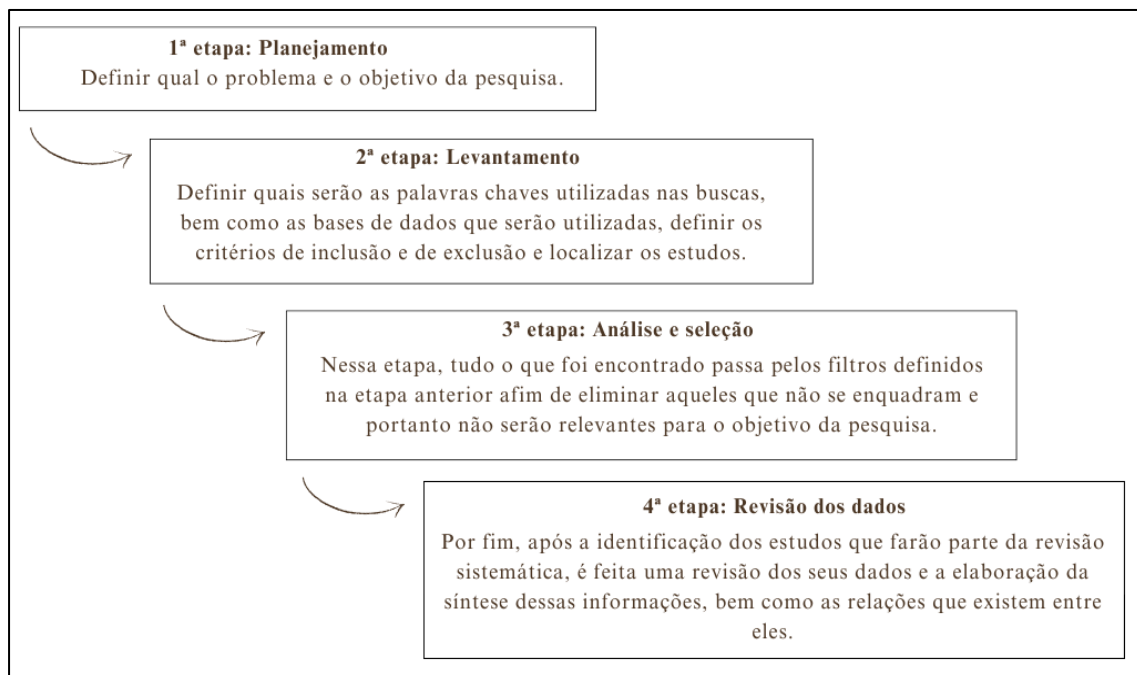
Estágio 2 – Nesse estágio, são feitas recomendações e apresentadas possíveis medidas de economia aos responsáveis pela tomada de decisão. Geralmente participam o Ministério das Finanças em conjunto com o Ministério de Gastos, que são responsáveis pela execução das despesas, a revisão pode ser feita por meio da abordagem de baixo pra cima (*bottom-up*), onde o Ministério de Gastos fica responsável por identificar as opções de economia. Outra opção é a abordagem de cima pra baixo (*top-down*), onde o Ministério da Finanças é o principal responsável e há pouca participação do Ministério de Gastos. Por fim, na abordagem conjunta (*joint*), os dois ministérios estabelecem equipes em conjunto, permitindo que ambos apresentem propostas de economia que serão avaliadas e decididas pelas lideranças políticas.

Estágio 3 – É o último estágio onde ocorre a tomada de decisão sobre quais opções de economia serão implementadas e é definida pela liderança política.

2.3 Revisão Sistemática

A revisão sistemática consiste em um método de pesquisa onde é feito um estudo detalhado de várias produções acerca de um determinado tema, resumindo os principais achados. Para essa análise, é feito um mapeamento dos trabalhos já existentes através de um método específico de busca, análise e síntese das informações. Sampaio e Mancini (2007) apontam sobre a utilidade das revisões sistemáticas pois engloba vários estudos conduzidos independentemente sobre determinado tema, mostrando resultados que podem ser contraditórios ou idênticos e contribuem para identificar questões que requerem evidências e orienta próximos estudos.

A condução da revisão sistemática pode ser feita em quatro etapas, são elas: planejamento para a definição do objetivo, levantamento dos estudos, análise e seleção das produções encontradas e por fim a revisão e síntese dos dados. A Figura 1 ilustra as etapas que podem ser seguidas em uma revisão sistemática.

Figura 1 – Etapas da Revisão Sistemática

Fonte: Elaboração com base em Sampaio e Mancini (2007).

3. METODOLOGIA

3.1 Perfil da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com base na aplicação de uma revisão sistemática, devido a sua capacidade de sintetizar um extenso conjunto de informações sobre determinado tema.

3.2 Execução da Revisão Sistemática

O primeiro passo para a execução da revisão sistemática foi a identificação o objetivo da pesquisa, que tem como intuito verificar qual a discussão sobre a revisão de gastos (*spending review*) na literatura científica brasileira realizando um mapeamento e identificação das produções científicas relacionadas ao tema.

Para alcançar o objetivo da revisão foi definido que apenas periódicos na língua portuguesa seriam considerados, por isso as buscas foram restringidas a páginas em português apenas. A base de dados escolhida foi o Google Acadêmico e não houve restrições em relação ao período de tempo. A pesquisa se deu por meio da busca utilizando as seguintes palavras-chave: “revisão de gastos”, “revisão de gastos públicos”, “revisão de despesas”, “revisão de despesas públicas” e “*spending review*”. A busca retornou um total de 271 publicações ao todo que são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Publicações resultantes

Palavra-chave	Total
Revisão de gastos	84
Revisão de gastos públicos	19
Revisão de despesas	76
Revisão de despesas públicas	9
<i>Spending Review</i>	83
Total	271

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a busca, todas as publicações encontradas foram examinadas levando em consideração os critérios de inclusão e de exclusão definidos. Para inclusão de uma publicação na pesquisa, foram analisados inicialmente o seu título, resumo e palavras-chave e, se necessário, leitura mais aprofundada do texto e se tem como foco o setor público. Os principais critérios de inclusão definidos foram a adesão do estudo ao tema da pesquisa, portanto se o trabalho traz uma discussão sobre o *spending review* e se o artigo está em língua portuguesa.

Como critérios de exclusão foram retiradas aquelas publicações que tratam de outros países que não seja o Brasil, estudos relacionados ao setor privado, os trabalhos que não estavam disponíveis para *download*, portanto não tivemos acesso e aqueles que estavam repetidos devido a resultarem em mais de uma busca. O Quadro 3 apresenta um resumo do protocolo utilizado na revisão sistemática:

Quadro 3 – Protocolo Revisão Sistemática

Procedimento	Descrição
Definição da pergunta de pesquisa	Qual a discussão sobre revisão de gastos (<i>spending review</i>) na literatura científica brasileira?
Definição das palavras-chave	Expressões em Português: “revisão de gastos” ou “revisão de gastos públicos” ou “revisão de despesas” ou “revisão de despesas públicas”. Expressões em Inglês: “ <i>spending review</i> ”.
Definição de bancos de dados	Google Acadêmico – Páginas em língua portuguesa
Período	Sem limitações
Critérios de inclusão/exclusão	<p>Seleção inicial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificação do título, resumo e palavras-chave e, se necessário, leitura mais aprofundada do texto; - Foco em setor público; <p>Principais critérios para inclusão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adesão do estudo ao tema; - Artigos em português; - Artigos com foco no Brasil. <p>Principais critérios para exclusão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Artigos sobre outros países; - Artigos sem aderência a pesquisa; - Artigos repetidos; - Artigos com foco no setor privado; - Artigos sem acesso.

Fonte: Elaborado pela autora.

Do total de publicações encontradas, 4 foram excluídos por estarem outra língua, 46 foram desconsiderados por terem como tema outros países que não o Brasil, onde foi observado que existem muitos estudos sobre a experiência do Reino Unido. Foram retornados 143 trabalhos que não possuíam adesão ao tema, devido a conterem apenas uma citação do termo de busca no artigo ou nas referências, mas possuir um tema divergente ao da pesquisa. Além disso, 5 estudos não foram possíveis ter acesso, devido a erro no portal e 64 artigos apareceram repetidos em mais de uma busca, resultando em 9 periódicos escolhidos para a execução da revisão sistemática.

4. RESULTADOS

Na revisão sistemática foram pesquisados 271 trabalhos científicos, que após os filtros adotados restaram em 9 trabalhos. Após a leitura preliminar dos artigos científicos, foram observadas as seguintes temáticas recorrentes:

- a) Apresentação do *Spending Review*
- b) Discussão teórica
- c) Dificuldades fiscais
- d) Regras fiscais
- e) Rigidez orçamentária
- f) Obstáculos à implementação do *Spending Review*
- g) Experiências de outros países
- h) Proposta de legislação para *Spending Review*

O Quadro 4 identifica e resume os trabalhos científicos revisados, apresentando os objetivos de cada estudo, os dados e método utilizado e os principais resultados encontrados.

Quadro 4 – Revisão de estudos aplicados

Trabalho	Objetivo	Dados e método	Principais resultados	Categoria
Silveira (2017)	Traz a discussão a o Novo Regime Fiscal aprovado em 2016, o formato de estruturação orçamentária e a oportunidade de se aderir a um processo de revisão de gastos para contribuir na melhoria da situação fiscal e orçamentária do Brasil.	Apresenta a situação fiscal do Brasil que levou a implementação do Novo Regime Fiscal, o modelo orçamentário adotado pelo governo federal e sugere a adoção da revisão de gastos para auxiliar na melhoria da gestão dos recursos públicos do Brasil e melhorar a sua situação fiscal.	Recomenda a implementação da revisão de gastos para a realidade brasileira, a fim de contribuir com o reestabelecimento de superávits e na melhoria da eficiência do gasto público atrelado ao teto de gastos.	-Apresentação do <i>Spending Review</i> -Discussão teórica -Regras fiscais -Rigidez orçamentária
Junior (2019)	Investigar quais são os obstáculos	Realizou uma revisão	A implementação da Revisão de	-Apresentação do <i>Spending Review</i>

	para a implementação da Revisão de Gastos no Brasil e como podem ser contornados.	bibliográfica apresentando a situação fiscal em que o Brasil se encontra, o conceito da Revisão de Gastos e análise da experiência de outros países e uma pesquisa qualitativa com 8 servidores públicos especialistas em Finanças Públicas dos Poderes Executivo e Legislativo.	Gastos integrada ao orçamento público pode trazer melhorias para a situação em que o país se encontra e o PLS 429/2017 é a melhor alternativa no momento para se institucionalizar o processo.	-Discussão teórica -Dificuldades fiscais -Regras fiscais -Rigidez orçamentária -Obstáculos à implementação do <i>Spending Review</i> -Experiências de outros países -Proposta de legislação para <i>Spending Review</i>
Afonso e Ribeiro (2020)	Apresentar a Revisão de Gastos (<i>Spending Review</i>) como um processo que traga melhorias para o cenário fiscal em que o Brasil se encontra.	Apresenta o cenário que o país se encontra de aumento da dívida pública devido a pandemia do COVID-19 e a adoção do teto de gastos como única regra fiscal, onde critica o modelo.	Para melhor o cenário em que o país se encontra, apresenta a Revisão de Gastos (<i>Spending Review</i>) associada ao processo orçamentário do Brasil para identificações de opções de economia e melhorar a política fiscal do Brasil, bem como o seu orçamento.	-Apresentação do <i>Spending Review</i> -Dificuldades fiscais -Regras fiscais -Proposta de legislação para <i>Spending Review</i>
Bijos (2020)	Reflexão sobre a orçamentação por desempenho em interpretação ao mito de Sísifo para que informações de desempenho sejam	Apresenta o conceito, tipos, jornada e aplicação do modelo de orçamentação por desempenho, em seguida faz uma	Existem caminhos para auxiliar o fortalecimento da orçamentação por desempenho no Brasil como a Revisão de Gastos e	-Apresentação do <i>Spending Review</i> -Proposta de legislação para <i>Spending Review</i>

	utilizadas para o processo decisório e alocativo do orçamento.	análise sobre o mito de Sísifo em relação a orçamentação por desempenho e apresenta a Revisão de Gastos e o Quadro de Despesas de Médio Prazo como ferramentas de auxílio para o fortalecimento da orçamentação por desempenho no Brasil.	o Quadro de Despesas de Médio Prazo melhorando a toma de decisões alocativas do orçamento público.	
Bijos (2022)	Apresenta a definição e os objetivos do <i>Spending Review</i> (revisão de gastos) e o <i>Medium-Term Expenditure Framework</i> (quadro de despesas de médio prazo) para auxiliar no processo orçamentário brasileiro.	Apresenta as boas práticas que são adotadas em outros países e sua aplicação para realidade diferentes baseada no mito do contexto, fala sobre a situação fiscal do Brasil e por fim apresenta os métodos.	As metodologias possuem notável potencial de auxiliar na gestão fiscal e na repriorização dos gastos públicos do Brasil, sendo adequados a sua realidade.	-Apresentação do <i>Spending Review</i> -Dificuldades fiscais -Regras fiscais -Rigidez orçamentária -Proposta de legislação para <i>Spending Review</i>
Tollini e Bijos (2022)	Os autores buscam alternativas para que o foco do planejamento do processo orçamentário seja de médio prazo ao invés de curto prazo.	Apresentam o Quadro da Despesa de Médio-Prazo (<i>Medium-Term Expenditure Framework</i>) associado a Revisão de Gastos Públicos (<i>Spending Review</i>) como alternativas para que o processo	Os processos podem trazer melhorias para o processo orçamentário onde o seu foco passa a ser a médio prazo e melhorando a alocação dos recursos públicos de forma mais eficiente.	-Apresentação do <i>Spending Review</i> -Dificuldades fiscais

		orçamentário seja feito de forma que seu foco não seja apenas no exercício de referência, mas no médio prazo.		
Horta e Shimamura (2023)	Colocar em debate o <i>Spending Review</i> como uma ferramenta para auxiliar na melhoria do gasto público do Brasil.	Apresenta o contexto em que o país está inserido de rigidez orçamentária e contenções fiscais e apresenta o <i>Spending Review</i> , bem como resultados de experiências em outros países.	A metodologia do <i>Spending Review</i> considerável para auxiliar na melhoria do gasto público do país.	-Apresentação do <i>Spending Review</i> -Discussão teórica -Dificuldades fiscais -Regras fiscais -Experiências de outros países -Proposta de legislação para <i>Spending Review</i>
Vieira et al. (2023)	Traz uma breve discussão sobre a Revisão de Gastos no Brasil.	Apresenta o modelo do <i>Spending Review</i> , a experiências de outros países, como pode ser operacionalizado e a atual situação no Brasil.	Apresenta algumas das dificuldades que podem ser enfrentadas pelo Brasil para a institucionalização da ferramenta do <i>Spending Review</i> .	-Apresentação do <i>Spending Review</i> -Obstáculos à implementação do <i>Spending Review</i> -Experiências de outros países -Proposta de legislação para <i>Spending Review</i>
Reis (2023)	Incentivo a implementação do <i>Spending Review</i> no âmbito da União com aprovação do projeto de Lei Complementar nº 428/2017.	Revisão bibliográfica das regras fiscais do Brasil, da rigidez orçamentária que vem enfrentando e apresentação do <i>Spending Review</i> e do Projeto de Lei	O <i>Spending Review</i> tem grande potencial de auxiliar na redução dos problemas orçamentários que vem enfrentando e na melhoria da	-Apresentação do <i>Spending Review</i> -Regras fiscais -Rigidez orçamentária -Proposta de legislação para <i>Spending Review</i>

		Complementar n° 428/2017.	situação fiscal do país.	
--	--	------------------------------	-----------------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

Apresentação do *Spending Review*

Os autores Silveira (2017), Junior (2019), Afonso e Ribeiro (2020), Bijos (2020), Bijos (2022), Tollini e Bijos (2022), Horta e Shimamura (2023), Vieira et al. (2023), Reis (2023) apresentam o processo do *Spending Review* como uma alternativa para auxiliar o processo orçamentário do país, em busca melhorar a gestão dos recursos públicos do país encontrando espaço fiscal para repriorizar as despesas com a alocação dos recursos em programas e políticas que tragam mais benefícios para a população, melhorando a qualidade e eficiência dos gastos públicos do Brasil.

Em relação à apresentação do que se trata o *Spending Review*, os artigos de Silveira (2017), Junior (2019) e Horta e Shimamura (2023), conceituaram a revisão de gastos como duas principais metodologias que são suscetíveis a serem empregadas no Brasil e abordam suas principais diferenças, sendo elas: o *Spending Review* ou Revisão de Gastos em português, utilizada principalmente por países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Public Expenditure Review (PER) ou Revisão de Gastos Públicos, estudada pelo Banco Mundial.

Discussão teórica

Observou-se também uma discussão mais aprofundada sobre as metodologias de *Spending Review*.

Horta e Shimamura (2023) chamaram atenção para a existência de diferenças significativas entre as metodologias, sendo que as principais mencionadas são em relação aos objetivos de cada uma, o foco e como se relacionam ao processo orçamentário.

Conforme Junior (2019) em relação aos objetivos e ao foco, a Revisão de Gastos busca realizar um reexame das despesas presentes de forma contínua servindo de auxílio para a tomada de decisões no processo orçamentário. Já a Revisão de Gastos Públicos geralmente tem um foco específico em alguns setores de despesas, sendo uma única análise que não necessariamente se vincula ao processo orçamentário.

Dificuldades fiscais

Os autores Junior (2019), Afonso e Reibeiro (2020), Bijos (2022), Tollini e Bijos (2022), Horta e Shimamura (2023) e apresentam a situação fiscal do país e as principais dificuldades que vem enfrentando. Conforme Bijos (2022) o processo de elaboração do orçamento federal vem enfrentando desafios significativos como déficits contínuos, aumento da rigidez e falta de uma direção estratégica clara.

Em relação aos resultados fiscais, Junior (2019) comenta que o Brasil vinha de um período de superávits primários, entre 1993 e 2013, até que a partir de 2014, esse cenário passou a ser de déficits primários que persistem até presente momento, além apresentar um crescimento negativo do PIB de 6,8% entre os anos de 2015 e 2016. Outro fator que contribuiu para afetar ainda mais esse cenário foi a pandemia do COVID-19, Afonso e Ribeiro (2020) comentam que os governantes com o objetivo de reduzir os efeitos da pandemia do COVID-19, aumentaram significativamente os gastos públicos e suas dívidas.

Outro fator apontado pelos autores é deficiência na integração dos instrumentos de planejamento do orçamento, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Na prática se pode observar que integração entre o PPA e os orçamentos anuais não opera de forma eficaz, com isso a elaboração da LOA se mostra sem uma direção claramente definida, tendendo a seguir um viés incremental de curto prazo. (HORTA; SHIMAMURA, 2023).

Como mencionado por Tollini e Bijos (2022), o horizonte temporal curto da LOA tende a negligenciar o impacto plurianual das decisões tomadas no presente, sendo assim, quando o foco do processo orçamentário se restringe ao exercício fiscal, há menos interesse em propor mudanças nas legislações que levam a rigidez orçamentária. Por isso o autor propõe que o foco do processo orçamentário seja a médio prazo, com a implementação de processos como o Quadro da Despesa de Médio-Prazo (*Medium-Term Expenditure Framework*) associado a Revisão de Gastos Públicos (*Spending Review*).

Regras fiscais

As regras fiscais são desenvolvidas com o objetivo de conter o desequilíbrio entre as receitas e despesas das finanças públicas no âmbito federal (REIS, 2023). Dentre as regras fiscais existentes no Brasil, algumas citadas pelos autores são: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Novo Regime Fiscal estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, mais conhecida como “Teto de Gastos”.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi instituída pela Lei Complementar nº 101, de 2000, estipula uma série de medidas para controlar as finanças públicas, visando atingir o equilíbrio financeiro. Ela prevê restrições quanto ao limite máximo de despesas a partir de um percentual das suas receitas, principalmente no que diz respeito aos gastos com pessoal e estabelece também sanções, multas e penalidades para os gestores públicos (REIS, 2023).

Silveira (2017), Junior (2019), Afonso e Ribeiro (2020), Bijos (2022), Reis (2023) e Horta e Shimamura (2023), em seus artigos apresentam o Teto de Gastos, a regra foi instituída em 2016, devido ao país estar enfrentando uma situação crescimento desproporcional das despesas primárias e diminuição das receitas ambas em proporção ao PIB. Os déficits no resultado primário do governo começaram a partir do ano de 2014, que culminou na instituição da Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Seu principal objetivo foi conter o crescimento das despesas primárias, instituindo um teto da despesa primária limitado ao do ano anterior corrigido apenas pela taxa da inflação, para os próximos 20 anos a partir de 2017, podendo ser revisada após 10 anos.

Embora as regras fiscais busquem estabelecer um equilíbrio fiscal nas contas do país, somente elas não serão suficientes para alcançar este patamar, diante disso, o *Spending Review* é proposto como uma alternativa pois busca a eficiência dos gastos públicos.

Rigidez orçamentária

Segundo os autores Silveira (2017), Juínor (2019), Bijos (2022) e Reis (2023), um dos motivos que levam a implementação da Revisão de Gastos no Brasil é devido ao seu elevado grau de rigidez orçamentária. Segundo Reis (2023), mais de 90% dos recursos do orçamento federal são alocados para despesas obrigatórias, deixando uma margem discricionária mínima para a administração das políticas públicas.

Segundo Bijos (2022) a significativa inflexibilidade orçamentária acarreta implicações políticas relevantes, uma vez que o processo orçamentário tende a perder sua importância como um espaço de tomada de decisões em relação aos altos valores da despesa pública. Junior (2019) comenta que a rigidez orçamentária pode ser um dos obstáculos mais significativos a ser superados, mas que o processo de Revisão de Gastos pode ser um fator importante contra a rigidez.

Obstáculos à implementação do *Spending Review*

Viera et al. (2023) comenta que para a execução da Revisão de Despesas, o processo é rigoroso e complexo, precisando ser adaptado as especificidades de cada país. Junior (2019) em

seu estudo buscou identificar possíveis obstáculos para a adoção da revisão de gastos no Brasil e para verificar suas hipóteses realizou uma pesquisa qualitativa através de entrevista com 8 servidores da administração pública federal, dos Poderes Executivos e Legislativo, especialistas em finanças públicas e avaliação de políticas públicas. Como resultado, pode verificar que todas as hipóteses consideradas possuem algum grau de dificuldade na implementação da Revisão de Gastos. O autor propôs as seguintes hipóteses como principais obstáculos:

- (i) a desconsideração dos resultados de avaliações de políticas públicas pelos tomadores de decisão;
- (ii) a incompletude dos resultados das avaliações, que podem apresentar visão tendenciosa ou resultado equivocado sobre a eficiência, eficácia e efetividade de políticas públicas;
- (iii) a dificuldade na obtenção de informações junto aos órgãos executores das políticas, uma vez que estes possuem interesse na fração orçamentária disponibilizada para seu órgão;
- (iv) a coordenação dos órgãos públicos comumente envolvidos no processo de revisão de despesa; e
- (v) a alta rigidez do orçamento brasileiro, que impõe alto custo político para a Revisão de Despesas obrigatórias, e que frequentemente demanda alteração legislativa (JUNIOR, 2019).

Experiências de outros países

Junior (2019), Horta e Shimamura (2023), Viera et al. (2023) comentam sobre as experiências de outros países com a adoção do *Spending Review*. O processo vem sendo adotado por diversos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 31 países haviam adotado até 2020. O *Spending Review* passou a ter mais força depois da crise econômica de 2008, onde vários países tiveram piora em suas finanças públicas e crise no mercado financeiro (VIEIRA et al, 2023).

De acordo com Horta e Shimamura (2023), em uma pesquisa realizada pela OCDE em 2020, foi identificado que 20 países realizavam a revisão de forma anual, 11 de forma periódica e 2 países tinham planos para a sua adoção. Já em uma pesquisa feita pela Comissão Europeia no ano de 2020, o principal resultado com a adoção da revisão de gastos foi um ajuste entre os gastos e as prioridades do governo, acompanhado de melhorias na eficiência a médio prazo e redução no curto prazo de despesas.

Proposta de legislação para *Spending Review*

No Brasil temos dois projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional em que os autores Junior (2019), Bijos (2020), Afonso e Ribeiro (2020), Bijos (2022), Horta e Shimamura (2023), Reis (2023) e Vieira et al. (2023) citam como alternativas para a implementação da revisão de gastos.

O primeiro se trata do Projeto de Lei do Senado Complementar nº 229, de 2009, conhecida como a Nova Lei de Finanças Públicas (NLFP). Ela estabelece normas gerais sobre finanças públicas (orçamento, planejamento, contabilidade pública, gestão e avaliação na administração pública), promovendo alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a revogação da Lei de Finanças Públicas (Lei nº 4.320/64) e no projeto também é previsto a inclusão de uma revisão de gastos em busca de despesas ineficientes (REIS, 2023).

O segundo é o Projeto de Lei Complementar do Senado nº 428, de 2017, que tem por finalidade instituir um Plano de Revisão Periódica de Gastos contínuo e transparente com base em modelos utilizados por países membros da OCDE (VIEIRA et al., 2023). Conforme Bijos (2022) o projeto propõe que o presidente da República apresente a cada ano um Plano de Revisão Periódica de Gastos para o Congresso Nacional em conjunto com o plano de governo abordada pelo art. 84, inciso XI, da Constituição Federal.

Para Reis (2023) a intenção é que o processo de Revisão Periódica de Gastos possa auxiliar na tomada de decisões referente ao financiamento de programas e projetos, através da repriorização das despesas e melhorando a execução das políticas públicas. O projeto prevê que o Plano de Revisão Periódica de Gastos apresente:

- I – quadro plurianual de despesas públicas, distribuídas de acordo com as funções de governo;
- II – avaliação da economicidade e da sustentabilidade fiscal das políticas públicas e dos programas governamentais, conjuntamente, e das políticas públicas e dos programas governamentais mais relevantes, isoladamente, incluindo renúncias e incentivos fiscais;
- III – impacto fiscal das despesas obrigatórias;
- IV – medidas necessárias ao aprimoramento da gestão fiscal e das políticas públicas, notadamente aquelas dedicadas à erradicação da pobreza e da marginalização e à redução das desigualdades sociais e regionais, incluindo agenda legislativa prioritária;
- V – identificação de opções de economia orçamentária para reduzir o déficit fiscal ou para criar espaço fiscal para programas com mais prioridade, especialmente aqueles voltados ao desenvolvimento econômico e social (HORTA; SHIMAMURA, 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito identificar qual a discussão sobre o *Spending Review* (Revisão de Gastos) na literatura científica brasileira e teve como objetivo realizar um mapeamento das produções científicas acerca do processo de Revisão de Gastos no contexto brasileiro. Esse mapeamento se deu a partir de uma revisão sistemática, tendo como base de dados o Google Acadêmico, onde foram selecionados 9 artigos para serem analisados, resultando em 8 categorias de temáticas recorrentes.

Os resultados apontam que as produções científicas trazem uma apresentação do conceito da ferramenta de Revisão de Gastos, onde alguns autores abordam ainda uma discussão mais teórica sobre as duas metodologias, sendo elas o *Spending Review* e o *Public Expenditure Review*.

Há também uma discussão sobre a situação fiscal do país, onde apresentam algumas dificuldades fiscais enfrentadas como deficiência no processo orçamentário, os déficits contínuos do resultado primário, a alta rigidez orçamentária devido as vinculações entre receitas e despesas estabelecidas por regras fiscais.

Considerando os fatos, a ferramenta da Revisão de Gastos é apresentada como uma opção a ser adota pelo Brasil em busca de identificar opções de economia para uma alocação de seus recursos, contribuindo com o processo orçamentário, trazendo melhorias para gestão dos recursos públicos e mais eficiência para os gastos públicos do país.

Para a implementação do *Spending Review* no país, o modelo precisa passar por uma adaptação a realidade brasileira, diante disso, podem ocorrer obstáculos que são discutidos por alguns dos estudos analisados. Também são apresentadas experiências de outros países como base para esse processo de adaptação e inspiração para adoção do método.

A implementação da Revisão de Gastos vem sendo discutida através das vias legislativas por meio de dois projetos de lei, sendo o primeiro o Projeto de Lei do Senado Complementar nº 229, de 2009, conhecida como a Nova Lei de Finanças Públicas (NLFP) e o segundo e mais abordado pelos estudos, o Projeto de Lei Complementar do Senado nº 428, de 2017, considerado a melhor opção para que o modelo venha a ser adotado no Brasil.

Dentre as principais limitações da pesquisa, há que se ressaltar o fato de o tema ser pouco estudado no país, por isso foram encontradas poucas produções científicas a serem analisadas. Outra limitação identificada foi a falta de estudos de caso ou estudos aplicados sobre o tema da pesquisa em questão. A título de sugestões para novas pesquisas, sugere-se que seja refeita em período futuro afim de se identificar novos resultados, onde a discussão esteja mais avançada ou que o método da Revisão de Gastos já esteja em vigor no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto R.; RIBEIRO, Leonardo. Revisão dos gastos públicos no Brasil. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 74, n. 9, p. 20-23, 2020.
- BIJOS, Paulo Roberto Simão. *Spending Review e Medium-term Expenditure Framework – Caminhos para Maior Estabilidade?* In: COUTO, Leandro Freitas; RODRIGUES, Júlia Marinho (org.). **Governança orçamentária no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. v. 1, cap. 6, ISBN 9786556350431. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11606>.
- BIJOS, Paulo. Orçamentação por desempenho e a jornada de Sísifo. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 108-128, 2020. Disponível em: https://assecor.org.br/wpfd_file/orc%CC%A7amentac%CC%A7a%CC%83o-por-desempenho-e-a-jornada-de-sisifo/.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- FALCO, Gustavo Almeida. A deterioração fiscal no Brasil: o papel das regras fiscais. **Repositório Institucional UNESP**, [s. l.], 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/244252>.
- HORTA, Guilherme Tinoco de Lima; SHIMAMURA, Aya. A Melhoria na Qualidade do Gasto Público e o *Spending Review*. **Cadernos da Escola Pública de Contas Públicas TCESP**, [S.l.], v. 1, n. 10, p. 42-62, 2023. ISSN 2595-2412. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/220>.
- JUNIOR, Raul Greenhalgh Garcia. A Institucionalização do Processo de Revisão de Despesas no Brasil: Perspectivas Legislativas para Implementação de um Modelo de Revisão de Despesas no Governo Federal. **Caderno Virtual**, [s. l.], v. 3, n. 45, 2019. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/3948>.

LIMA, Diana Vaz. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. 2. ed. [S. l.]: Atlas, 2022. ISBN 978655977312. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773145>.

PAIVA, Kayck Nayan Duarte Araújo. Gastos mínimos obrigatórios e vinculação e vinculação de receitas no orçamento público federal. **Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/127>.

RAMOS, André Paiva. O quadro fiscal e o novo regime fiscal (EC 95): potenciais impactos para o desenvolvimento do Brasil. Sociedade Brasileira de Economia Política, **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política**, 23, Área 3: Economia Brasileira. 2018. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%203/33.pdf>

REIS, Marcus Fábio Carvalho dos. *Spending Review* e sua implementação no âmbito da União no Brasil. **Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/606388>.

ROBINSON, Marc. Revisões de Despesas na OCDE. In: BOUERI, Rogério; ROCHA, Fabiana; RODOPOULOS, Fabiana (org.). **Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015. p. 107-160, ISBN: 9788587841605.

SAMPAIO, R F; MANCINI, M C. Estudos de Revisão Sistemática: Um guia para síntese criteriosa de evidências científicas. **Rev. Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SILVA, Glauco Fonteles Oliveira. Proposta de emenda constitucional nº 187/2019 - a PEC dos fundos: rigidez orçamentária, vinculação de receita, despesas obrigatórias e dívida pública dos depósitos sem vencimentos. **Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/4156>

SILVEIRA, Ana Júlia Eiras da. O Atual Formato de Orçamentação no Brasil e a Emenda Constitucional nº 95, de 2016: Uma discussão acerca da oportunidade de implementação de um modelo de revisão de despesas no Governo Federal. **Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro**, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/543866>.

VIEIRA, Camily et al. Revisão Periódica de Gastos: Uma Breve Discussão. **Boletim Informações Fipe**, [s. l.], n. 512, p. 68-71, 2023. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/publicacoes/bif/>.